Por, Ludmilla Paniago Nogueira

Maria Jane da Silva Siena

O desenvolvimento infantil tem sua periodicidade, por isso a importância das atividades que se fundamentam no conceito histórico-social, pois a atividade é “o meio pelo qual o indivíduo se relaciona com a realidade, tendo em vista produzir e reproduzir as condições necessárias à sua sobrevivência física e psíquica”, como explanam Arce & Martins (2007, p. 47).

A escola precisa ser um espaço estimulante, educativo, seguro, afetivo, com professores realmente preparados para acompanhar a criança nesse processo intenso e cotidiano de descobertas e de crescimento. Precisa propiciar a possibilidade de uma base sólida que influenciará todo o desenvolvimento futuro dessa criança.

O que uma criança faz numa escola na fase da educação infantil não é só brincar; faz amigos, passa horas em convivência com outras crianças e com adultos, que por sua vez, não são seus familiares. Até os 6 anos, a criança vive uma das mais complexas fases do desenvolvimento humano, nos aspectos intelectual, emocional, social e motor, que será mais rica quando qualificadas forem as condições oferecidas pelo ambiente e pelos adultos que a rodeiam.

A aprendizagem não é em si mesma, desenvolvimento, mas uma correta organização da aprendizagem da criança conduz ao desenvolvimento mental, ativa todo um grupo de processos de desenvolvimento, e esta ativação não poderia produzir-se sem aprendizagem. Por isso, a aprendizagem é um momento intrinsecamente necessário e universal para que se desenvolvam na criança essas características humanas não-naturais, mas formadas historicamente (Vygotsky, 2001, p. 115).

Percebe-se então que o início da formação, toda a fase da educação infantil, é uma importante base de todos os processos de desenvolvimento e das potencialidades da aprendizagem. No que se refere ao desenvolvimento afetivo, este compreende o que a criança trás de casa e ao que vive no ambiente escolar – relação criança-criança, criança- adulto, criança-meio. Em todo esse contexto a criança é considerada um sujeito histórico, justamente porque seu desenvolvimento se dá com o tempo; a criança constrói o conhecimento aos poucos, conforme vão percebendo o mundo ao seu redor (ser sócio-histórico).

Enfim, entre as funções atribuídas à pré-escola, encontra-se “guardar” e preparar crianças para o ensino fundamental, como forma de garantir o sucesso em toda a sua vida escolar. Piaget já considerava as necessidades básicas da criança como parte do processo de sua formação, pois aí se encontram intrínsecos seu desenvolvimento físico, emocional, social e intelectual: função voltada para o desenvolvimento integral da criança.

Em síntese, a educação infantil no país é muito nova, sendo implementada a partir dos anos 30, pela necessidade de se formar mão-de-obra qualificada para a industrialização do país. No setor público a educação infantil é ineficiente e está muito aquém de um real projeto pedagógico. Tal ineficácia está favorecendo a privatização da educação, como a de outros setores também.

É de direito, portanto, reivindicar uma pré-escola de qualidade; as crianças das classes médias a conseguem eventualmente via rede privada mas, constitucionalmente, o direito é também das classes populares, que não devem contentar-se com meros depósitos para os seus filhos. A pré-escola tem uma função pedagógica; deve ser um trabalho que toma a realidade e os conhecimentos infantis como ponto de partida e os amplia, através de atividades que têm um significado concreto para a vida das crianças e que, simultaneamente, assegurem a aquisição de novos conhecimentos.

Para atingir tais objetivos, qualquer programa educativo não pode prescindir de capacitação dos recursos humanos nele envolvidos, nem tampouco de supervisão constante do trabalho. A capacitação (prévia e em serviço) e a supervisão, aliados à dotação de recursos financeiros específicos, bem como à definição da vinculação trabalhista dos recursos humanos, se constituem em condições capazes de viabilizar, então, um tipo de educação pré-escolar que não apenas eleve seus números, mas, principalmente, a qualidade do serviço prestado à população.